

A LUTUOSA DE PORTUGAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Instituição Fundada em 1 de Julho de 1927



RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATÓRIO ACTUARIAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exercício de 2017



Índice

Convocatória Assembleia Geral Ordinária	1
Relatório da Direção	2 - 8
Demonstrações Financeiras	
Balço	9
Demonstração dos Resultados por Natureza	10
Demonstração dos Resultados por Funções - Modalidades	11
Demonstração dos Resultados por Funções - Óptica	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Anexo	14 - 32
Parecer do Conselho Fiscal	33
Relatório Atuarial	34 - 37
Relatório de Auditoria	38



A LUTUOSA DE PORTUGAL

Associação Mutualista

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 65º dos Estatutos, convoco os senhores Associados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede desta Associação, sita na Avenida dos Aliados, nº 164, da cidade do Porto, no próximo dia **20 de Março de 2018**, pelas **17:00 horas**, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 14 Dezembro de 2017.**
- 2- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 Dezembro de 2017.**
- 3- Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15 Fevereiro de 2018.**
- 4- Discutir e votar o Relatório e Contas da Direção, e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2017.**
- 5- 30 minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação.**

Se não comparecerem mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois da marcada - ou seja pelas **18:00 horas** - com qualquer número de Associados presentes, sendo válidas as deliberações que obtenham a aprovação da maioria dos votos dos Associados presentes.

Porto, 16 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Henrique Barbosa Teixeira

Nota: Conforme o n.º 2 do Art.º 63 dos Estatutos, informamos os senhores Associados que os documentos e os livros relativos às contas do ponto n.º 4 da Ordem de trabalhos, encontram-se disponíveis para consulta, na Sede da Instituição, das 9:00 às 17:00 horas (horário de expediente), nos 8 dias que antecedem a Assembleia.



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Estimados Associados,

Submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas do Exercício de 2017, assim como o Parecer do Conselho Fiscal, nos termos dos Estatutos em vigor.

Em 2017, a Direção da Lutuosa centrou a sua atenção no desenvolvimento do projeto de requalificação do imóvel sito no rés-do-chão da Avenida dos Aliados, n.º 164, no Porto, onde será inaugurada, em abril de 2018, a nova sede da Instituição.

Foram também dados importantes passos, durante o ano de 2017, para a concretização dos projetos de médio e longo prazo que a Direção havia definido como prioritários para a vida da Lutuosa.

Vejamos:

I - IMÓVEIS

Sendo um dos ativos mais importantes da Associação, o parque imobiliário mereceu, como sempre, uma séria dedicação, e, por isso, foi alvo de inúmeras obras de manutenção e conservação, destinadas a impedir a respetiva degradação e proporcionar aos nossos inquilinos as melhores condições de habitabilidade.

Embora o investimento na conservação e manutenção do parque imobiliário seja invariavelmente significativo, importa ter em conta que, não obstante a Lutuosa praticar rendas inferiores aos valores médios de mercado, a rentabilidade média



dos imóveis da Instituição em 2017 foi de 4,1%, sendo que só será possível manter uma rentabilidade tão apreciável se ao dito ativo for dada a atenção devida e merecida.

Em 2017, sofreu um grande impulso o projeto de requalificação do imóvel sito no rés-do-chão da Avenida dos Aliados, n.º 164, no Porto, onde será inaugurada, em abril de 2018, a nova sede da Instituição. A concretização do referido projeto implicou um forte investimento, que se cifrou em cerca de € 315.000,00

Realizou-se, por isso, em 2017, uma Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a alteração dos Estatutos na parte em que identifica a morada da sede da Lutuosa.

Relativamente ao desenvolvimento do projeto das “Residências Académicas Mutualistas”, o mesmo obteve, em 2017, a aprovação final do licenciamento da operação urbanística.

Assim, conseguida a “luz verde” para executar o projeto aludido no parágrafo anterior, a Direção irá agora refletir, estudar e decidir em que termos se avançará para a próxima fase.

Iniciou-se também, em 2017, o processo de requalificação de um imóvel propriedade da Lutuosa, sito no Candal, em Vila Nova de Gaia, que, crê a Direção, trará, quando concluído, uma rentabilidade muito apreciável.

A intensificação do desenvolvimento de projetos na área imobiliária vai ao encontro daquilo a que a Direção se havia proposto, o que não pode ser dissociado, quer do atual contexto de insegurança e retração na banca portuguesa - que, contrariamente ao que se verificou ao longo de vários anos, deixou de oferecer soluções atrativas em termos de depósitos a prazo -, quer dos parcos rendimentos que, presentemente, a Lutuosa obtém por via de aplicações financeiras.



II – ASSOCIADOS:

Importa anotar que, em 2017, foram admitidos 215 novos associados. Todavia, verifica-se que, na generalidade, houve uma perda de 72 associados, resultado de um processo de eliminação daqueles com um atraso significativo no pagamento das quotas.

Com a deslocalização, em 2018, dos serviços administrativos para a nova sede, há a expectativa de reverter a tendência menos positiva de 2017.

III – APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

Procurou-se, em paralelo com a busca das melhores taxas de juros do mercado para depósitos a prazo, garantir também uma diversificação das Instituições Financeiras com as quais a Lutuosa trabalha, de forma a evitar uma excessiva exposição da Associação a apenas um Banco - nomeadamente tendo em conta a instabilidade do sistema financeiro (que ainda merece particular atenção).

Com a abertura de novas contas em determinadas entidades bancárias, são já 13 (treze) aquelas com as quais a Lutuosa mantém um relacionamento.

IV – CULTURA E EVENTOS:

Conforme já vinha sendo hábito em anos anteriores, a Lutuosa continuou a disponibilizar (em 2017) um espaço aos seus associados, sem custos, para a realização de eventos.

Acresce que, no âmbito da sua atividade e de forma a promover atividades culturais e de lazer que possam servir os seus associados, a Lutuosa disponibilizou, a título gratuito, um espaço no qual a Associação *Porta Jazz* vem



levando a cabo os seus ensaios e realizado alguns concertos – o que, de resto, tem merecido destaque nas páginas do “Porto Lazer” nas redes sociais.

É expectável que, durante o ano de 2018, por força da inauguração do “Auditório dos Aliados” (sito na nova sede da Lutuosa), se assista a um incremento significativo dos eventos (nomeadamente culturais) organizados pela Associação, o que sucederá, como está bom de ver, por força da aquisição de condições físicas muito mais favoráveis para o efeito.

V – ÓTICA MUTUALISTA:

Com o passar dos anos, a “Ótica Mutualista” vem melhorando o seu desempenho e relevando, aos poucos, ser um projeto sustentável que, além de disponibilizar aos associados da Lutuosa melhores condições na aquisição de material ótico, consegue também gerar resultados positivos e disponibilizar verbas para a concretização de outros objetivos.

Na linha do que se acaba de referir, o ano de 2017 foi também positivo (embora com um resultado inferior a 2016), com um lucro de € 4.981,05 (Quatro mil novecentos e oitenta e um euros e cinco cêntimos).

VI – RECURSOS HUMANOS:

Houve uma aposta na formação contínua dos trabalhadores, a qual se revela essencial ao desenvolvimento profissional dos mesmos e à garantia do sucesso dos projetos futuros da Associação.



VII – VERTENTE SOCIAL:

Além de continuar a praticar, nos seus imóveis, rendas muito abaixo da média do mercado (também com o objetivo de ajudar os respetivos arrendatários), foi ainda mantido um programa de apoio – devidamente regulamentado – para acorrer a situações de comprovada carência económica de associados.

Adicionalmente, a Lutuosa, através da Ótica que gere, continuou a levar a cabo promoções, e, bem assim, a disponibilizar descontos aos seus associados, permitindo-lhes, dessa forma, adquirir material ótico a preços inferiores à média do mercado.

VIII – VERTENTE INSTITUCIONAL:

Sendo a Lutuosa a Presidente da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto, foi dada particular atenção, em 2017, à gestão desta Instituição, que foi assegurada, desde outubro, por um novo delegado/representante, o Dr. Marco António Oliveira Narciso.

Em 2017, a Lutuosa aderiu também à Mutuália – Federação Mutualista, permitindo aos associados, por essa via, o acesso a outro tipo de produtos, nomeadamente ao nível dos seguros de saúde e outros.

A Lutuosa participou também, no ano transato, no Congresso e nas Jornadas Mutualistas organizadas pela União das Mutualidades Portuguesas.

IX – IMAGEM:

No final do ano de 2017, a Lutuosa realizou um contrato com a sociedade “Pegada Criativa, Lda.”, destinado a arrancar com um programa de marketing e



publicidade da Instituição, que se pretende que seja contemporâneo com a fase de conclusão do processo referente à nova sede e respetiva inauguração.

Com a celebração do dito contrato, conseguiu-se também uma imediata dinamização das redes sociais da Associação, com resultados que, de acordo com os dados recentemente recolhidos, se têm revelado bastante positivos.

Em conclusão, importa realçar o seguinte:

- **A Lutuosa obteve, em 2017, um resultado global positivo de € 7.448,91, sendo € 2.467,86 da Sede e € 4.981,05 da Ótica;**
- **O atuário da Lutuosa é de parecer que a situação técnica / financeira da Associação se mantém excelente.**

Assim, a Direção d' A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, propõe aos Exmos. Associados, que o Fundo Disponível / Resultado Líquido do Exercício de 2017, positivo no montante de € 7.448,91, seja aplicado da seguinte forma:

- O Resultado Líquido da Atividade Óptica, no valor de € 4.981,05 aplicado em Resultados Transitados € 872,82 para cobertura de prejuízos de exercícios anteriores e o remanescente de € 4.108,23 em Reserva Especial da Atividade da Óptica; e
- O Fundo Disponível das Modalidades, no valor de € 2.467,86 aplicado em conformidade com o disposto nos artigos 32º e 33º dos Estatutos da Associação.

Para terminar, a Direção quer agradecer a todos os que, durante o ano de 2017, contribuíram, com o seu esforço e dedicação, para a concretização das iniciativas e dos projetos promovidos pela Lutuosa.



A Direção faz ainda questão de manifestar a sua consternação com os problemas de saúde que têm afetado o Presidente do Conselho Fiscal (impedindo-o de exercer em pleno, durante o ano de 2017, as funções para que foi eleito), bem como deixar uma palavra de solidariedade e amizade ao Sr. Flórido Martins e os votos de rápidas melhoras e de que possamos voltar a poder contar, brevemente, com os seus sempre importantes contributos.

Porto, 21 de fevereiro de 2018

A Direção,

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa e Sousa (Arq^a.)



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Notas	31-Dez-17	31-Dez-16
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	4	6.155.984,35	6.036.551,15
Investimentos financeiros	11.1	12.282,76	692.003,23
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	13.731,77	16.401,27
Sub-total		6.181.998,88	6.744.955,65
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	5	77.292,93	70.129,04
Créditos a receber	11.3	30.571,69	84.163,23
Estado e outros entes públicos	11.7	8.262,81	2.045,40
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	23.649,64	29.477,51
Outros ativos correntes	11.8	7.884,42	25.459,77
Diferimentos	11.4	9.535,03	8.222,89
Caixa e depósitos bancários	11.5	1.910.842,38	1.336.732,23
Sub-total		2.068.038,90	1.556.230,07
Total do Activo		8.250.037,78	8.301.185,72
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Fundos Permanentes	11.10	2.408.471,17	2.396.371,70
Fundo de Administração	11.10	309.457,18	485.312,14
Fundo Reserva Geral	11.10	1.591.862,18	1.590.315,55
Excedentes técnicos	11.10	118.322,87	119.814,11
Reservas	11.10	-	-
Resultados transitados	11.10	(872,82)	(12.260,37)
Excedentes de revalorização	11.10	3.672.233,02	3.707.629,04
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.10	55.482,11	57.694,79
Sub-total		8.154.955,71	8.344.876,96
Fundo Disponível			
Fundo Disponível / Resultado líquido do período		7.448,91	(184.397,04)
Total dos Fundos Patrimoniais		8.162.404,62	8.160.479,92
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões específicas	7	-	-
Sub-total		-	-
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11.6	21.531,31	799,32
Estado e outros entes públicos	11.7	15.875,94	15.152,55
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	564,55	222,36
Outros passivos correntes	11.9	23.200,32	95.634,18
Diferimentos	11.4	26.461,04	28.897,39
Sub-total		87.633,16	140.705,80
Total do Passivo		87.633,16	140.705,80
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		8.250.037,78	8.301.185,72

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dez-17	Dez-16
Vendas e serviços prestados	6	750.896,52	762.951,71
Custo das mercadorias vendidas	11.11	(174.466,07)	(175.377,54)
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(185.851,46)	(252.044,61)
Gastos com o pessoal	9	(188.330,44)	(146.967,87)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11.3	393,00	(286,68)
Provisões (aumentos / reduções)	7	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)	11.1	-	(170.000,00)
Outros rendimentos	6 e 11.14	19.445,26	22.759,60
Outros gastos	11.13	(63.897,76)	(73.186,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		158.189,05	(32.151,49)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(164.949,88)	(161.574,23)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6.760,83)	(193.725,72)
			-
Juros e rendimentos similares obtidos	6 e 11.15	14.595,88	15.158,88
Juros e gastos similares suportados	11.15	-	(4.212,35)
Resultado antes de impostos		7.835,05	(182.779,19)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(386,14)	(1.617,85)
Fundo Disponível / Resultado líquido do período		7.448,91	(184.397,04)

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)
Natália Maria Silva Carneiro
Filipe Miguel Ferreira Martins
Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho
C.C. nº 80.235



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DAS MODALIDADES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	32%	1%	18%	19%	0%	6%	4%	20%		
		Modalidades							Fundo de Administração	Dez-17	Dez-16
		Sub. Morte Planos Const.	Sub. Morte Planos Cresc.	Sub. Prazo Planos Const.	Sub. Prazo Planos Cresc.	Sub. Prazo Pagto. Ant.	Capital Popular	Idade Sénior			
Vendas e serviços prestados											
Quotizações		30.675,08	398,30	18.349,34	18.417,97	249,84	5.791,20	4.168,60	15.938,77	93.989,10	93.140,93
Jóias		513,50	-	45,50	17,50	-	-	185,50	-	762,00	700,60
Rendas de Imóveis		104.738,90	3.273,09	58.915,63	62.188,72	-	19.638,54	13.092,36	65.461,81	327.309,07	333.642,98
Prestações de serviços clínicos		509,60	15,93	286,65	302,58	-	95,55	63,70	318,50	1.592,50	2.140,00
Resultado Bruto		136.437,08	3.687,32	77.597,12	80.926,77	249,84	25.525,29	17.510,16	81.719,08	423.652,67	429.624,51
Outros Rendimentos		4.786,92	149,59	2.692,64	2.842,23	-	897,55	598,36	2.991,82	14.959,11	10.174,44
Gastos Distribuição											
Gastos administrativos		(79.602,87)	(1.817,40)	(44.776,61)	(47.264,20)	-	(13.585,16)	(7.269,61)	(54.443,11)	(248.758,97)	(270.971,91)
Fornecimentos e serviços externos		(42.892,00)	(670,19)	(24.126,75)	(25.467,13)	-	(6.701,88)	(2.680,75)	(31.498,81)	(134.037,50)	(199.387,69)
Gastos com o pessoal		(36.710,87)	(1.147,21)	(20.649,86)	(21.797,08)	-	(6.883,29)	(4.588,86)	(22.944,29)	(114.721,47)	(71.584,22)
Gastos de investigação e desenvolvimento											
Outros gastos		(64.633,87)	(2.019,81)	(36.356,55)	(38.376,36)		(12.118,85)	(8.079,23)	(40.396,17)	(201.980,83)	(378.469,23)
Provisões (Aumentos)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber		125,76	3,93	70,74	74,67	-	23,58	15,72	78,60	393,00	(286,68)
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.000,00)
Outros gastos		(18.865,68)	(589,55)	(10.611,95)	(11.201,50)	-	(3.537,32)	(2.358,21)	(11.791,05)	(58.955,25)	(68.400,32)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(45.893,95)	(1.434,19)	(25.815,34)	(27.249,53)	-	(8.605,11)	(5.736,74)	(28.683,72)	(143.418,58)	(139.782,23)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.012,74)	(0,30)	(843,40)	(1.871,56)	249,84	718,83	2.759,69	(10.128,37)	(12.128,02)	(209.642,19)
Gastos de Financiamento (Líquidos)		4.670,68	145,96	2.627,26	2.773,22	-	875,75	583,84	2.919,18	14.595,88	13.857,60
Resultado Antes de Impostos		1.657,94	145,66	1.783,86	901,65	249,84	1.594,58	3.343,52	(7.209,19)	2.467,86	(195.784,59)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Disponível		1.657,94	145,66	1.783,86	901,65	249,84	1.594,58	3.343,52	(7.209,19)	2.467,86	(195.784,59)



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DA ATIVIDADE ÓPTICA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Óptica Mutualista	Dez-17	Dez-16
Vendas e serviços prestados				
Vendas		327.243,85	327.243,85	333.327,20
Custo mercadorias vendidas		(174.466,07)	(174.466,07)	(175.377,54)
Resultado Bruto		<u>152.777,78</u>	<u>152.777,78</u>	<u>157.949,66</u>
Outros Rendimentos		4.486,15	4.486,15	12.585,16
Gastos Distribuição				
Gastos administrativos		(125.422,93)	(125.422,93)	(128.040,57)
Fornecimentos e serviços externos		(51.813,96)	(51.813,96)	(52.656,92)
Gastos com o pessoal		(73.608,97)	(73.608,97)	(75.383,65)
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos		(26.473,81)	(26.473,81)	(26.577,78)
Provisões (Aumentos)		-	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-
Outros gastos		(4.942,51)	(4.942,51)	(4.785,78)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(21.531,30)	(21.531,30)	(21.792,00)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>5.367,19</u>	<u>5.367,19</u>	<u>15.916,47</u>
Gastos de Financiamento (Líquidos)		-	-	(2.911,07)
Resultado Antes de Impostos		<u>5.367,19</u>	<u>5.367,19</u>	<u>13.005,40</u>
Imposto sobre o rendimento do período		(386,14)	(386,14)	(1.617,85)
Resultado Líquido do Exercício		<u>4.981,05</u>	<u>4.981,05</u>	<u>11.387,55</u>

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	31-Dez-17	31-Dez-16
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	847.152,84	750.538,49
Pagamentos de subsídios	(45.406,92)	(33.237,80)
Pagamentos a fornecedores	(421.948,10)	(479.365,98)
Pagamentos ao pessoal	(188.214,33)	(146.967,87)
Caixa gerada pelas operações	191.583,49	90.966,84
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimentos	(1.483,50)	(1.198,17)
Outros recebimentos / pagamentos	(25.694,19)	64.417,94
Fluxos das actividades operacionais [1]	164.405,80	154.186,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(284.612,00)	(40.593,23)
Investimentos financeiros	(279,53)	(282,22)
Outros activos	-	(40.875,45)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	680.000,00	-
Juros e rendimentos similares	14.595,88	15.158,88
Outros activos	694.595,88	15.158,88
Fluxos das actividades de investimento [2]	409.704,35	(25.716,57)
Fundo Disponível		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	-	(4.212,35)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-	(4.212,35)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	574.110,15	124.257,69
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.336.732,23	1.212.474,54
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.910.842,38	1.336.732,23

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, fundada em 1 de julho de 1927, com sede na Avenida dos Aliados, nº. 168, no Porto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, NIPC 500 835 195, que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o número 30/81, regendo-se pelos diplomas legais aplicáveis, pelos seus Estatutos e pelo Regulamento de Benefícios em vigor.

A Lutuosa de Portugal é uma Associação Mutualista, com número ilimitado de Associados, capital indeterminado e duração indefinida, que através da quotização dos seus Associados, pratica em benefício destes, seu agregado familiar e seus beneficiários, modalidades de auxílio, nos termos legalmente permitidos, podendo estender a sua atuação a todo o território nacional.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Lutuosa de Portugal – A.M. foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos acima mencionados.

Foi também efetuada, em 2016, uma reclassificação meramente qualitativa nos Fundos Patrimoniais, tal como descrita nas notas 7 e 11.10.



3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Lutuosa de Portugal na elaboração das Demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Lutuosa de Portugal continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.



3.2. Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Associação tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos tangíveis	4 a 10

Os terrenos e recursos naturais, adquiridos após 31/12/2008, estão escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por peritos profissionalmente qualificados e independentes. As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

As Propriedade de Investimento foram aqui registadas em cumprimento com a NCRF-ESNL, conforme Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Não existem “Ativos Intangíveis” registados

3.2.4. Investimentos Financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da Lutuosa de Portugal no Capital Social da Liga das Associações Mutualistas do Porto, no montante de € 1.246,99. Igualmente, encontram-se registadas



Participações de Capital na Lusitânia – Companhia de Seguros, no montante de € 10.213,75 e Investimentos no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de € 822,02.

Foi feito, em 2016, o reconhecimento de uma imparidade no montante de € 170.000,00, para as Obrigações SLN. Em 2017, esta imparidade foi desreconhecida (ver nota 11.1).

3.2.5. Inventários

O “Inventário” está registado ao custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui o montante disponível em 31/12/2017, em caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” para assim retratar o valor realizável líquido.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados que se encontram com saldo no final do período estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores, Empréstimos e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelos Fundos Permanentes das modalidades de benefícios que implicam a existência de reservas matemáticas, pelo Fundo de Reserva Geral, pelo Fundo de Administração, pelos Excedentes Técnicos das modalidades de benefícios cuja Assembleia Geral deliberou, em tempo, a atribuição de melhorias, pelos Resultados Transitados relativos aos resultados líquidos negativos do estabelecimento/atividade “Óptica Mutualista”, pelos Excedentes de Revalorização e por Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais encontram-se constituídos em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2018, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2017.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Não existem “Empréstimos Obtidos” registados.



3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação.

3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5. Adoção na NCRF-ESNL, revista em 2015

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos mencionados na nota 2.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2017				Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições	Abates	Transferências	
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos	1.715.466,31				1.715.466,31
Edifícios e outras construções	5.118.733,79				5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	125.311,73	995,30			126.307,03
Outros activos fixos	1.466.819,30	18.240,58			1.485.059,88
Ativos fixos tangíveis em curso					
Edifícios e outras construções	-	265.147,20			265.147,20
Total	8.591.588,84	284.383,08	-	-	8.875.971,92
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos	-				-
Edifícios e outras construções	1.925.249,64	51.020,06			1.976.269,70
Equipamento básico	125.080,67	11.792,24			136.872,91
Equipamento administrativo	102.184,70	11.329,26			113.513,96
Outros activos fixos	402.522,68	90.808,32			493.331,00
Total	2.555.037,69	164.949,88	-	-	2.719.987,57
	6.036.551,15				6.155.984,35



2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-16
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos	197.500,00			1.517.966,31	1.715.466,31
Edifícios e outras construções	609.228,00	32.244,50		4.477.261,29	5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	121.411,00	3.900,73			125.311,73
Outros activos fixos	212.298,69	3.551,00		1.250.969,61	1.466.819,30
Total	1.305.695,40	39.696,23	-	7.246.197,21	8.591.588,84
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos	-				-
Edifícios e outras construções	285.462,68	5.925,00		1.633.861,96	1.925.249,64
Equipamento básico	113.288,43	11.792,24			125.080,67
Equipamento administrativo	90.467,52	11.717,18			102.184,70
Outros activos fixos	53.107,54	12.694,95		336.720,19	402.522,68
Total	542.326,17	42.129,37	-	1.970.582,15	2.555.037,69
	763.369,23				6.036.551,15

	31-12-2017		
	Custo histórico (a)	Excedente de revalorização (a) e (b)	Custo revalorizado (b)
Terrenos e Edifícios			
Aliados, 168 - Terreno	1.233,86	196.266,14	197.500,00
Aliados, 168 - Edifício	19.516,57	275.670,75	295.187,32
Aliados, 168 - Obras	82.250,19	0,00	82.250,19
Óptica - Obras	53.359,25	0,00	53.359,25
Álvaro Castelões - Terreno	13.146,92	546.103,08	559.250,00
Álvaro Castelões	475.061,22	653.556,73	1.128.617,95
Obras	317.900,79	0,00	317.900,79
Fernão Magalhães - Terreno	11.410,43	427.589,57	439.000,00
Avenida Fernão Magalhães	163.705,45	622.989,99	786.695,44
Obras	397.051,85	0,00	397.051,85
Aliados, 164 - Terreno	2.132,09	146.867,91	149.000,00
Aliados, 164	32.544,16	185.108,10	217.652,26
Obras	12.442,66	0,00	12.442,66
Boavista - Terreno	4.076,90	133.673,11	137.750,00
Boavista	50.565,64	192.377,92	242.943,56
Obras	38.490,52	0,00	38.490,52



Clérigos - Terreno	2.938,04	115.561,96	118.500,00
Clérigos	71.592,89	132.388,17	203.981,06
Obras	13.874,81	0,00	13.874,81
Avintes - Padrão Vermelho - Terreno	43.750,00	4.250,00	48.000,00
Avintes - Padrão Vermelho	117.998,09	-3.107,24	114.890,85
Obras	4.103,21	0,00	4.103,21
Fernandes dos Anjos - Terreno	7.481,97	12.518,03	20.000,00
Fernandes dos Anjos	18.181,17	30.418,81	48.599,98
Obras			
Maia - Terreno	31.668,60	0,00	31.668,60
Maia - edifício	87.167,79	0,00	87.167,79
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2.073.645,07	3.672.233,02	5.745.878,09

- (a) Valor líquido de amortizações acumuladas
- (b) Inclui todas as revalorizações efetuadas, especificamente em 1991 pelo DL n.º 49 e livre realizada em 2009
- (c) As Propriedade de Investimento foram transferidas para Ativos fixos tangíveis conforme Aviso nº 8259/2015, de 24 de Junho.

5. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2017	2016
Mercadorias	77.292,93	70.129,04

Está contabilizado nesta rubrica o inventário da Óptica.

6. RÉDITO

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas e Serviços Prestados – Esta rúbrica diz respeito às vendas da Óptica, a Joias, Cartões e Quotizações de Associados, Rendas de Imóveis e Receitas com a Prestação de Serviços Clínicos.

Outros Rendimentos e ganhos – Esta rubrica engloba participações de inquilinos em obras, descontos de pronto pagamentos obtidos, reembolsos de sinistros, outras correções de exercícios anteriores.

Juros e rendimentos similares – reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.



O “Rédito” reconhecido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas e Prestações de Serviços	750.896,52	762.951,71
Outros Rendimentos e ganhos	19.445,26	22.759,60
Juros e rendimentos similares	14.595,88	15.158,88
	<u>784.937,66</u>	<u>800.870,19</u>

7. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 51.º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários (vg. subsídios por morte, capitais a prazo, etc.), está a mesma obrigada a, periodicamente, calcular o valor atuarial dessas suas responsabilidades.

O valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios **é designado por Reserva Matemática.**

Nos termos previstos no artigo 46.º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um **Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade.** Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas matemáticas (artigo 46.º, n.º 1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto no artigo 30.º dos Estatutos de A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista.

Em conclusão, as responsabilidades (futuras) assumidas pela Associação perante os seus Associados, isto é, as Reservas Matemáticas de cada modalidade de benefícios, são reconhecidas, por força do disposto no CAM e nos Estatutos, na conta de Fundos Patrimoniais, concretamente na conta de Fundos Permanentes. (1)

Por outro lado, nos termos das notas 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, constante do Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 146 de 29 de julho de 2015, as **Provisões só devem ser reconhecidas**, entre outros, quando a Associação tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultado de um acontecimento passado e seja provável um exfluxo de recursos para liquidar tal obrigação. Nos termos da nota 13.6 um acontecimento passado só conduz a uma obrigação presente quando a entidade não tenha nenhuma alternativa senão liquidar a obrigação por esta criada, caso que só se verifica quando tal liquidação seja, ou possa ser, imposta legalmente.



Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios sejam superiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de excedentes técnicos**. Nos termos do artigo 53.º do CAM (e artigo 35.º e 36.º dos Estatutos), pode tal excesso ser destinado, total ou parcialmente, à melhoria dos benefícios e/ou à redução das quotas.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios forem inferiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de deficit técnico**, isto é, verifica-se a impossibilidade de concessão (atual ou futura) dos benefícios previstos aos Associados.

Ora, nos termos do artigo 20.º do CAM, nesta situação, **é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios** com vista a reestabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro daquela(s) modalidade(s).

Em conclusão, os deficits técnicos de uma modalidade de benefícios em caso algum podem ser conhecidos como provisões já que (2):

- nos termos do artigo 20.º do CAM, a Associação não só não está obrigada legalmente ao cumprimento daquela obrigação como, ao invés, está obrigada a rever o respetivo Regulamento de Benefícios precisamente para que, com a reposição do equilíbrio financeiro, tal deficit seja eliminado. Na prática, trata-se de ajustar os benefícios a atribuir no futuro (e/ou os montantes das quotizações) ao valor disponível nos Fundos Permanentes.
- decorrente da disposição anterior, não se verificam os pressupostos obrigatórios determinados pela NCRF-ESNL (e, de resto, pela NCRF n.º 21), para o reconhecimento dos deficits técnicos como provisões.

Em face das conclusões (1) e (2), **o valor das reservas matemáticas** de modalidades de benefícios, isto é o valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados, **são sempre reconhecidos nos Fundos Patrimoniais**, concretamente nos **Fundos Permanentes** de cada modalidade (artigo 51.º do CAM), não devendo estes fundos serem inferiores aquelas reservas. Em caso de deficit técnico, este não pode ser reconhecido como provisão por incumprimento das condições determinantes da nota 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL.

Em face do exposto os montantes constantes na conta de provisões específicas foram integralmente transferidos para as correspondentes contas de Fundos Permanentes, no exercício de 2016.

A título de mera nota de rodapé importa referir que se assim não fosse – isto é se se reconhecesse o valor das reservas matemáticas quer nos fundos permanentes quer nas contas de provisões específicas – estar-se-ia a duplicar a garantia do cumprimento das responsabilidades futuras da Associação, já que as mesmas estariam reconhecidas em duplicado. Caso, por absurdo, isto acontecesse e o montante dos Fundos Permanentes e das provisões específicas fossem, pelo menos, iguais ao valor da reserva matemática, isto significaria que a Associação já tinha garantido, em dobro, o valor das suas responsabilidades futuras e, como tal, ou as quotas ou os benefícios, ou ambos, estavam desajustados em claro prejuízo dos Associados.

Como se constata da Nota 11.10 o valor dos Fundos Permanentes de cada modalidade de benefícios (destinados a garantir as responsabilidades futuras da Associação perante os seus Associados) excede largamente, em todas as modalidades, o montante atuarial das respetivas reservas.



8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O “Imposto sobre o Rendimento” reconhecido em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>386,14</u>	<u>1.617,85</u>

O montante acima diz respeito ao IRC estimado, a pagar pela Associação, relativamente à atividade da Óptica.

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2017 e 2016 foi de 8 e 6 funcionários, respetivamente.

Durante o ano de 2017, o Presidente da Direção renunciou às respetivas funções. À parte disto, não houve alteração à titularidade dos Órgãos Sociais da Lutuosa de Portugal. Os titulares dos Órgãos Associativos foram remunerados por senha de presença às reuniões.

Os gastos que a Lutuosa de Portugal incorreu com os Órgãos Sociais e os funcionários foram os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações aos Órgãos Sociais	15.200,00	12.200,00
Remunerações ao Pessoal	138.863,93	110.480,57
Encargos sobre as remunerações	31.277,88	21.944,57
Outros gastos com Pessoal	<u>2.988,63</u>	<u>2.342,73</u>
	<u>188.330,44</u>	<u>146.967,87</u>

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e perante a Segurança Social tem a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 a Instituição detinha as seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2017		
	Saldo inicial	Varição do justo valor	Saldo final
Investimentos em associadas			
Liga das Associações	1246,99		1.246,99
Investimentos noutras empresas			
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	1.888,75		1.888,75
Lusitânia Vida - Comp. de Seguros, S.A.	8.325,00		8.325,00
Outros investimentos financeiros			
Obrigações SLN 2006	560.000,00	(560.000,00)	-
Obrigações SLN Rend. Mais 2004	120.000,00	(120.000,00)	-
FCT	542,49	279,53	822,02
	<u>692.003,23</u>	<u>(680.000,00)</u>	<u>-</u>
			<u>12.282,76</u>

Em 2016 foi reconhecida contabilisticamente uma perda por imparidade, no montante de € 170.000,00, de forma a refletir a diferença de valor entre o capital investido (€ 850.000,00) e o valor que o Banco BIC pagou à Associação em Janeiro de 2017 (ou seja, € 680.000,00).

11.2. Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A rubrica “Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017			2016		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	13.731,77	-	13.731,77	16.401,27		16.401,27
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	23.649,64	-	23.694,64	11.299,18	-	29.477,51
	<u>37.381,41</u>	<u>-</u>	<u>37.381,41</u>	<u>11.299,18</u>		<u>45.878,78</u>
PASSIVO						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	564,55		564,55	222,36		222,36
	<u>564,55</u>	<u>-</u>	<u>564,55</u>	<u>222,36</u>	<u>-</u>	<u>222,36</u>



11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição de saldos:

	2017			2016		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
Créditos a receber						
Clientes e Utentes c/c	27.514,01		27.514,01	24.938,47		24.938,47
Rendas de Imóveis	3.937,16	879,48	3.057,68	60.497,24	1.272,48	59.224,76
	<u>31.451,17</u>	<u>879,48</u>	<u>30.571,69</u>	<u>84.163,23</u>	<u>1.272,48</u>	<u>84.163,23</u>

Em 2017, houve o pagamento de €393,00, tendo sido contabilizada a reversão da respectiva imparidade.

11.4. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
ATIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Gastos a reconhecer</u>				
Contratos de Assistência	1.959,48		1.224,63	
Seguros	4.599,94		4.498,26	
Renda Óptica	2.625,00		2.500,00	
Outros	350,61		0,00	
PASSIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Rendimentos a reconhecer</u>				
Rendas antecipadas		26.461,04		28.897,39
	<u>9.535,03</u>	<u>26.461,04</u>	<u>8.222,89</u>	<u>28.897,39</u>

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Caixa	536,06	1.335,75
Depósitos à ordem	160.306,32	100.396,48
Depósitos a prazo	1.750.000,00	1.235.000,00
	<u>1.910.842,38</u>	<u>1.336.732,23</u>



11.6. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Fornecedores c/c	21.531,31	799,32
	<u>21.531,31</u>	<u>799,32</u>

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		386,14		1.617,85
Imposto sobre valor acrescentado	6.217,41	9.306,65	0,00	8.986,64
Restantes impostos	2.045,40	2.790,53	2.045,40	2.075,82
Contribuições para Seg. Social		3.360,63		2.424,24
FCT/FGCT		31,99		48,00
	<u>8.262,81</u>	<u>15.875,94</u>	<u>2.045,40</u>	<u>15.152,55</u>

11.8. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Fornecedores	701,53	13.729,11
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	6.389,28	4.633,59
Quotas a receber	0,00	0,00
Rappel	0,00	4.074,81
Devedores diversos	793,61	3.022,26
	<u>7.884,42</u>	<u>25.459,77</u>

11.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Remunerações a liquidar	21.957,82	20.595,32
Outros credores por acréscimos gastos	0,00	41.820,00
Credores diversos	1.242,50	33.218,86
	<u>23.200,32</u>	<u>95.634,18</u>



11.10. Fundos Patrimoniais

Em 2016, foi efetuada uma reclassificação meramente qualitativa tendo em vista agrupar nas correspondentes contas de Fundos Permanentes, Fundo de Reserva Geral e Fundo de Administração as verbas reconhecidas nas contas de provisões específicas (vide Nota 7), de Reservas e de Resultados Transitados e Excedentes Técnicos, adequando o reconhecimento destas verbas ao disposto no Código das Associações Mutualistas e aos Estatutos desta Associação.

	Saldo em 31- 12-2015	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31- 12-2016
Fundos Permanentes	0,00	2.396.371,70	0,00	2.396.371,70
Subsídio Morte - Plano Constante		1.601.254,43		1.601.254,43
Subsídio Morte - Plano Crescente		80.154,20		80.154,20
Subsídio Prazo - Plano Constante		236.289,62		236.289,62
Subsídio Prazo - Plano Crescente		248.959,60		248.959,60
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados		18.123,45		18.123,45
Capital Popular		211.590,40		211.590,40
Fundo Administração		485.312,14		485.312,14
Fundo Reserva Geral		1.590.315,55		1.590.315,55
Excedentes Técnicos	1.330.587,40		1.210.773,29	119.814,11
Reservas	1.635.196,89		1.635.196,89	0,00
Resultados Transitados	805.236,49		817.496,86	-12.260,37
Excedentes de Revalorização	3.778.421,07		70.792,03	3.707.629,04
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	59.907,47		2.212,68	57.694,79
Resultado Líquido Exercício	32.103,24		32.103,24	-184.397,04
	<u>7.641.452,56</u>	<u>4.471.999,39</u>	<u>3.768.574,99</u>	<u>8.160.479,92</u>
Provisões Matemáticas	705.637,04		705.637,04	0,00
	<u>8.347.089,60</u>	<u>4.471.999,39</u>	<u>4.474.212,03</u>	<u>8.160.479,92</u>



Em 2017, esta rubrica variou da seguinte forma:

	Saldo em 31- 12-2016	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31- 12-2017
Fundos Permanentes	2.396.371,70	9.035,86	0,00	2.408.471,17
Subsídio Morte - Plano Constante	1.601.254,43	2.856,20		1.604.110,63
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.154,20	392,56		80.546,76
Subsídio Prazo - Plano Constante	236.289,62	3.961,52		240.251,14
Subsídio Prazo - Plano Crescente	248.959,60	388,91		249.348,51
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.123,44	224,86		18.348,30
Capital Popular	211.590,41	1.211,81		212.802,22
Idade Sénior	0,00	3.063,61		3.063,61
Fundo Administração	485.312,14		175.854,96	309.457,18
Fundo Reserva Geral	1.590.315,55	1.546,63		1.591.862,18
Excedentes Técnicos	119.814,11		1.491,24	118.322,87
Reservas	0,00			0,00
Resultados Transitados	-12.260,37	11.387,55		-872,82
Excedentes de Revalorização	3.707.629,04		35.396,02	3.672.233,02
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	57.694,79		2.212,68	55.482,11
Resultado Líquido Exercício	-184.397,04	191.845,95		7.448,91
	8.160.479,92	213.815,99	214.954,90	8.162.404,62
Provisões Matemáticas	0,00		0,00	0,00
	8.160.479,92	213.815,99	214.954,90	8.162.404,62

A Associação solicita anualmente a realização do cálculo das reservas matemáticas para cada uma das modalidades de benefícios às mesmas sujeitas. Em anexo encontra-se o relatório atuarial à data de 31 de dezembro de 2017, preparado pelo Atuário Dr. Nuno Rodrigues.

O quadro seguinte confronta o montante de reservas matemáticas actuarialmente calculadas para cada modalidade de benefícios e os respetivos Fundos Permanentes.

Como se colhe, os Fundos Permanentes de todas as modalidades de benefícios são superiores ao valor da reserva matemática calculada para cada a 31 de dezembro de 2017.

Modalidades de Benefícios	Fundo Permanente	Reserva Matemática	Excedente
Subsídio Morte - Plano Constante	1.604.110,63	372.060,11	1.232.050,52
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.546,76	7.888,82	72.657,94
Subsídio Prazo - Plano Constante	240.251,14	143.334,17	96.916,97
Subsídio Prazo - Plano Crescente	249.348,51	107.460,96	141.887,55
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.348,30	2.181,32	16.166,98
Capital Popular	212.802,22	128.269,84	84.532,38
Idade Sénior	3.063,61	0,00	3.063,61
	2.408.471,17	761.195,22	1.647.275,95



Igualmente, verifica-se que o montante constante na rubrica de excedentes técnicos, por cada modalidade de benefícios, é o descrito no relatório atuarial.

Por último, importa referir que todo o ativo está afeto às modalidades de benefícios, evidenciando-se no quadro seguinte o grau de cobertura dos ativos nas reservas matemáticas actuarialmente calculadas e o grau de cobertura do ativo nos fundos permanentes e de reserva geral.

Mapa de Cobertura de Ativos sobre Reservas e Fundos	
Total do Ativo	8.250.037,78
Total do Passivo	87.633,16
Excedente líquido Ativo	8.162.404,62
Reservas atuariais (incluindo melhorias)	761.195,22
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Reservas	1072,31%
Fundos Permanentes + Fundos de Reserva Geral	4.000.333,35
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Fundos	204,04%

11.11 Custos das Vendas

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas apresentava os seguintes valores:

	2017	2016
Saldo inicial	70.129,04	50.359,47
Compras	181.629,96	195.147,11
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	77.292,93	70.129,04
Custo da Mercadoria Vendida	174.466,07	175.377,54



11.12. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	22.020,01	19.268,57
Publicidade e propaganda	3.733,48	2.131,75
Vigilância e segurança	1.612,14	2.053,36
Honorários	41.182,09	63.338,80
Comissões	2.595,30	181,70
Conservação e reparação	43.594,32	53.489,74
Serviços bancários	3.521,93	0,00
Ferramentas e utensílios desgata rápido	158,79	149,61
Material de escritório	4.814,85	6.040,53
Outros (consultório)	224,20	183,31
Electricidade	12.141,34	11.564,37
Água	1.739,14	1.325,76
Deslocações, estadas e transportes	2.965,60	3.725,88
Rendas e alugueres	32.771,20	31.771,20
Comunicação	4.873,48	4.607,80
Seguros	5.122,97	5.116,89
Contencioso e notariado	69,00	43.745,67
Despesas de representação	232,85	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2.239,18	2.744,13
Outros	239,59	605,54
	<u>185.851,46</u>	<u>252.044,61</u>

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Impostos	698,70	756,34
Dívidas incobráveis	530,10	8.525,74
Perdas em Inventários	2.022,71	0,00
Outros	14.897,33	30.347,62
Custos c/ apoios financeiros concedidos	45.748,92	33.556,40
	<u>63.897,76</u>	<u>73.186,10</u>

**11.14. Outros Rendimentos**

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	851,15	375,00
Descontos obtidos	3.887,64	4.969,57
Recuperação de dívidas a receber	45,72	150,72
Rendimentos e ganhos em invest. ã financeiros	0,00	2.586,11
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	480,52	3.055,94
Excesso estimativa impostos	134,35	0,00
Imputação subsídios para investimento	2.212,68	2.212,68
Restituição de impostos	6.217,41	0,00
Outros não especificados	5.615,79	9.409,58
	<u>19.445,26</u>	<u>22.759,60</u>

11.15. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas financiamento	<u>0,00</u>	<u>4.212,35</u>
	<u>-</u>	<u>4.212,35</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>14.595,88</u>	<u>15.158,88</u>
	<u>14.595,88</u>	<u>15.158,88</u>



11.16. Movimento Associativo em 2017

Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2016		3420
Admitidos em 2017		
Efetivos	162	
Idade sénior	53	215
Readmitidos em 2017	34	34
A Deduzir em 2017		
Reduzidos	3	
Falecimentos	22	
Resgatados	2	
Eliminados	294	321
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2017		3348

11.17. Acontecimentos após a data de balanço

Após o encerramento do período, e até à data do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de mudar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção da A Lutuosa de Portugal, em 22/02/2018.

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. 80.235

A Direção,

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimados Associados,

Nos termos da alínea c) do nº 5 do artigo 77º dos Estatutos d' A Lutuosa de Portugal, A.M., o Conselho Fiscal vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2017, elaborado pela Direção. Assim,

1. Este parecer baseou-se numa análise atenta e cuidada às demonstrações e aos demais elementos que solicitamos, referentes ao exercício de 2017.
2. No exercício de 2017, as Demonstrações Financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.
3. Na sequência do trabalho que desenvolveu de análise às Demonstrações Financeiras disponibilizadas, o Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas de 2017:
 - a) Apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de Dezembro de 2017;
 - b) O resultado líquido apresentado está em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Perante o exposto, somos de PARECER que a Assembleia Geral,

- 1 - Aprove o Relatório e Contas apresentadas pela Direção relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- 2 - Aprove a proposta da Direção sobre a aplicação do Resultado Líquido apurado.

Porto, 27 de Fevereiro de 2017.

O Conselho Fiscal,

Isabel Alexandra Ferreira Grilo (Dra.)

Cátia Georgete Freitas Fonseca

A LUTUOSA DE PORTUGAL

RELATÓRIO ATUARIAL

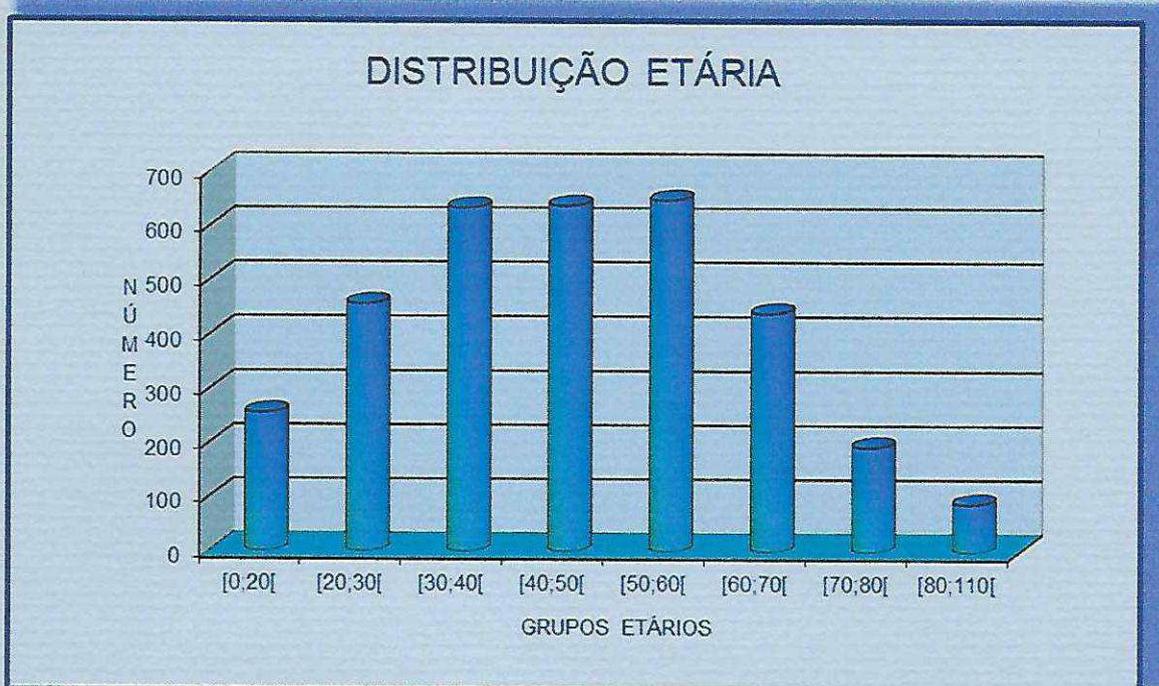
31 de dezembro de 2017

Na data de referência deste relatório, **A LUTUOSA DE PORTUGAL** tinha 3.348 associados com a seguinte distribuição etária:

Escalões etários	Nº. de associados
Menos de 20 anos	255
De 20 a 29 anos	456
De 30 a 39 anos	633
De 40 a 49 anos	637
De 50 a 59 anos	647
De 60 a 69 anos	439
De 70 a 79 anos	193
De 80 ou mais anos	88

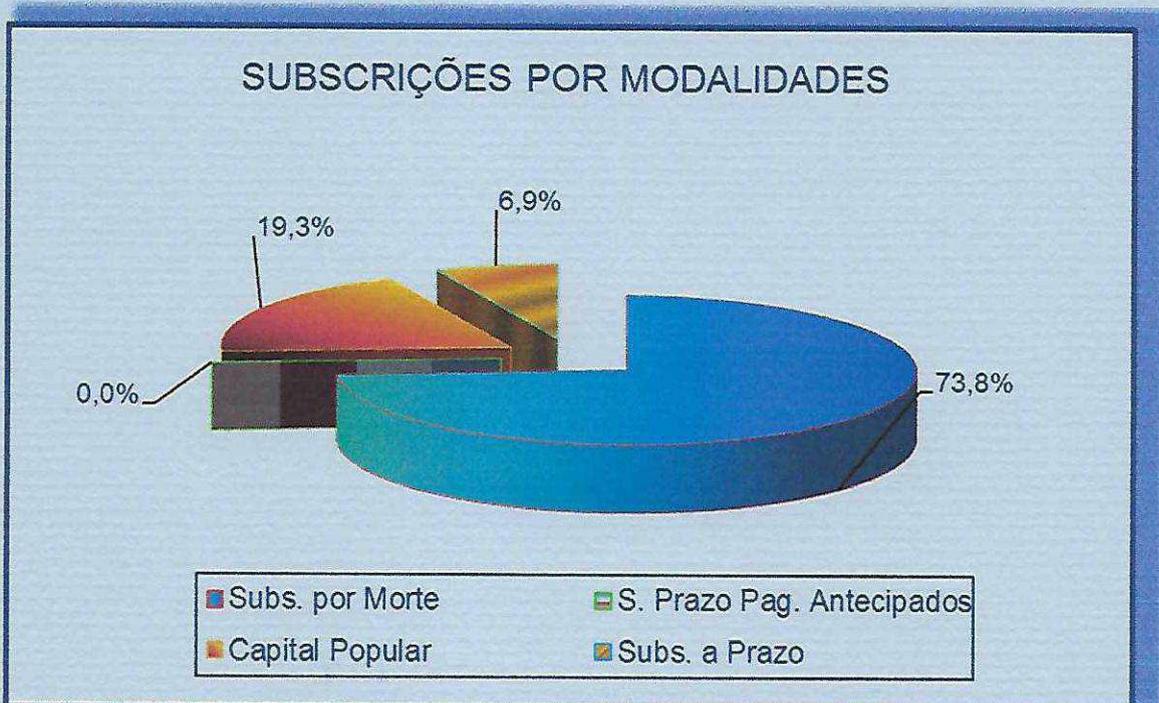
A idade média passou para 45 anos, traduzindo um salutar rejuvenescimento. O número de associados com menos de 40 anos é agora 1.344, representando 40% do total.

No gráfico que se segue podemos apreciar a distribuição etária, onde, tal como há um ano, se nota a tendência para uma distribuição normal.



No restante relatório não se incluem os sócios de Idade Sénior, dado que não lhes corresponde nenhuma modalidade atuarial.

No gráfico seguinte podemos apreciar o peso relativo das subscrições. Continuam a predominar as subscrições em Subsídio por Morte.



Apresentam-se seguidamente os elementos estatísticos considerados mais relevantes. Os capitais e as quotas referem-se aos seus valores atuais, estando todas as grandezas financeiras expressas em euros.

PLANOS CONSTANTES E CRESCENTES							
Modalidades	Subscrições	Capitais subscritos	Melhorias distribuídas	Quotiz. mensal	Subscrição média	Melhoria média	Quota média
Sub. por Morte	2.505	2.188.568,66	197.735,18	2.672,30	873,68	78,94	1,07
Sub. a Prazo	233	575.671,17	6.265,51	3.725,74	2.470,69	26,89	15,99
Prazo P. Antec.	1	5.387,02	0,00	0,00	5.387,02	0,00	0,00
Cap. Popular	656	435.981,90	19.961,34	486,10	664,61	30,43	0,74
Geral	3.395	3.205.608,75	223.962,03	6.884,14	944,21	65,97	2,03

Verifica-se uma diminuição dos capitais subscritos, embora a subscrição média tenha aumentado. A quota média, porém, diminuiu. O número de subscrições passou de 3.460 para 3.395, o que representa um decréscimo de 1,9%. Verificou-se um decréscimo do número de subscrições em todas as modalidades.

As reservas matemáticas ascendem a **761.195,22 €**, valor superior ao registado há um ano, sendo assim parceladas:

Modalidades	Reservas matemáticas		
	Subscrições	Melhorias	Totais
Subsídio por Morte	277.570,78	102.378,15	379.948,93
Subsídio a Prazo	244.753,81	6.041,32	250.795,13
Sub. a Prazo Pag. Antecipados	2.181,32	0,00	2.181,32
Capital Popular	118.366,44	9.903,40	128.269,84
Totais	642.872,35	118.322,87	761.195,22

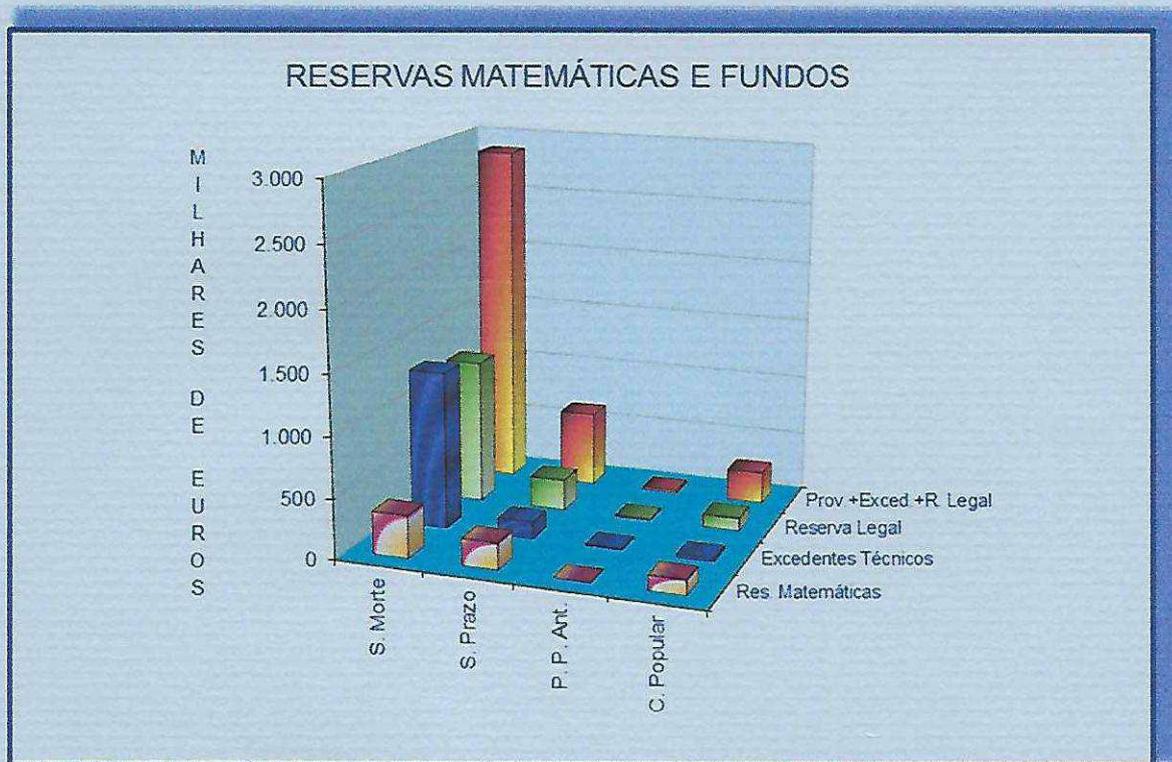
O aumento das reservas matemáticas cifrou-se em 7,9%, relativamente ao ano passado.

Comparando as reservas matemáticas com os fundos existentes, foram determinadas as taxas de cobertura respetivas:

TAXAS DE COBERTURA					
Modalidades	Reservas matemáticas	Excedentes técnicos	Reserva legal (*)	Taxas de cobertura	
				Sem res. leg.	C/ res. legal
Sub. por Morte	379.948,93	1.304.708,46	1.114.880,66	4,43	7,37
S. a Prazo	250.795,13	238.804,52	324.009,61	1,95	3,24
S. P. Pg. Antec.	2.181,32	16.166,98	12.142,63	8,41	13,98
Capital Popular	128.269,84	84.532,38	140.829,28	1,66	2,76
Totais	761.195,22	1.644.212,34	1.591.862,18	3,16	5,25

(*) Considerou-se a Reserva legal dividida proporcionalmente às somas das Reservas matemáticas com os Excedentes técnicos.

As taxas de cobertura totais aumentaram, relativamente ao ano anterior. Não contando com a Reserva legal, as reservas matemáticas estão cobertas com fundos 3,16 vezes superiores (5,25 vezes superiores, se contarmos com a Reserva legal). O gráfico qua a seguir se insere evidencia os resultados do quadro anterior.



A situação técnico-financeira da Mutualidade mantém-se excelente. É recomendável um esforço para que o número de associados inscritos nas modalidades atuariais não diminua.

O Atuário,

Porto, 22 de janeiro de 2018

Nuno José Botto dos Reis Rodrigues
Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A LUTUOSA DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 8.250.038 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.162.405 euros, incluindo um resultado líquido de 7.449 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração dos resultados por funções relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Encontravam-se contabilizadas em 31 de dezembro de 2016, na rubrica *Investimentos Financeiros*, obrigações subordinadas da SLN – Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (atualmente designada GALILEI, SGPS, S.A.), no montante de € 850.000, cujo reembolso não ocorreu nas datas previstas (ou seja, 25 de outubro de 2014 e 9 de maio de 2016).

No âmbito da ação judicial intentada pela Associação contra o Banco BIC (adquirente do Banco Português de Negócios), alegando uma “conduta imprópria aquando da venda das obrigações em apreço”, as partes acordaram um reembolso parcial do capital investido, no valor de € 680.000 (que ocorreu em janeiro de 2017), tendo sido revertida neste exercício a perda por imparidade reconhecida contabilisticamente em 2016, no montante de € 170.000.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

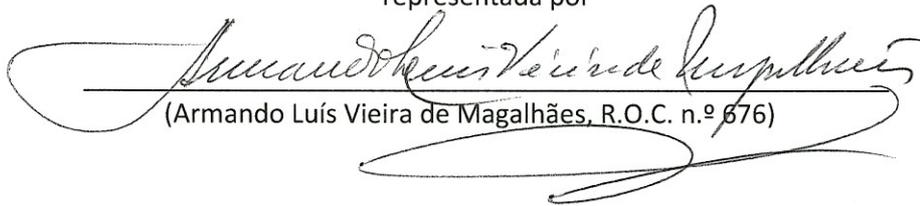
Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 23 de fevereiro de 2018

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por



(Armando Luís Vieira de Magalhães, R.O.C. n.º 676)